

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA

Auditoria Governamental

Módulo 1: Fundamentos de Auditoria

AULA 1

INTRODUÇÃO À AUDITORIA

TÓPICO 3

O PROCESSO DE AUDITORIA

Permite-se a reprodução desta publicação,
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO

Tribunal de Contas da União

Secretaria Geral da Presidência

Instituto Serzedello Corrêa

2ª Diretoria de Desenvolvimento de Competências

Serviço de Educação a Distância

SUPERVISÃO

Pedro Koshino

CONTEUDISTA

Antonio Alves de Carvalho Neto

TRATAMENTO PEDAGÓGICO

Ana Carolinha Dytz Fagundes de Moraes

Salvatore Palumbo

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Tribunal de Contas da União

Secretaria Geral da Presidência

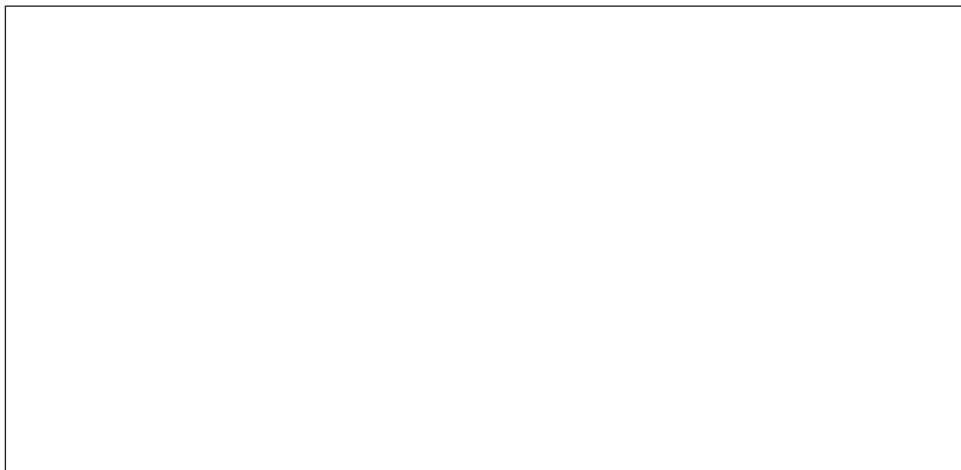
Instituto Serzedello Corrêa

Centro de Documentação

Editora do TCU

DIAGRAMAÇÃO

Herson Freitas



TÓPICO 3 - O processo de auditoria



A auditoria pode ser vista como um processo?
Quais seriam os insumos, os recursos, os requisitos e os produtos?
Quais os elementos deste processo?
E quais as fases de uma auditoria e as atividades desenvolvidas em cada uma delas?

Para responder a essas questões, vamos estudar o processo de auditoria, seus elementos e suas fases.

A fim de facilitar o estudo, este tópico está organizado da seguinte forma:

TÓPICO 3 – O PROCESSO DE AUDITORIA.....	4
1. O PROCESSO DE AUDITORIA.....	5
1.1 Em que consiste o processo de auditoria.....	9
1.1.1. Objetivo, escopo e questões de auditoria	10
1.2 Fases do processo de auditoria.....	11
Planejamento	11
Execução	13
Relatório.....	14
SÍNTESE	15
REFERÊNCIAS.....	16

Ao final dos estudos deste tópico, esperamos que você tenha condições de descrever o processo de trabalho da auditoria, seus elementos e fases.

1. O processo de auditoria

Antes de estudarmos o processo de auditoria, veremos algumas definições de processo:

Processo

“Conjunto de atividades inter-relacionadas ou interativas que transforma insumos (entradas) em produtos (saídas).”	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2005, n. 3.4.1)
“Conjunto de atividades, funções ou tarefas identificadas, que ocorrem em um período de tempo e que produzem algum resultado.”	Metodologia IDEF - <i>Integration Definition for Function Modeling</i> (1970 apud MARANHÃO e MACIEIRA, 2004, p.61)
“Sequência de passos, tarefas e atividades que convertem entradas de fornecedores em uma saída, adicionando valor às entradas, transformando-as ou usando-as para produzir alguma coisa”.	Dianne Galloway, em <i>Mapping Work Process</i> (1994? apud MARANHÃO e MACIEIRA, 2004).



A partir dessas definições, é possível enxergar a auditoria como um processo que transforma

Leitura complementar:
Leia o tópico AUDITORIA GOVERNAMENTAL, do título BASES CONCEITUAIS, das Normas de Auditoria do TCU (BTCU Especial 29/2010, p. 12 a 14).



Por essa razão, as Normas de Auditoria do TCU conceituam a auditoria como sendo:



O conceito de auditoria como processo envolve significado maior do que o seu enunciado pode, em princípio, sozinho explicitar. É necessário explorar suas partes para obter um entendimento completo do seu todo.

Auditoria

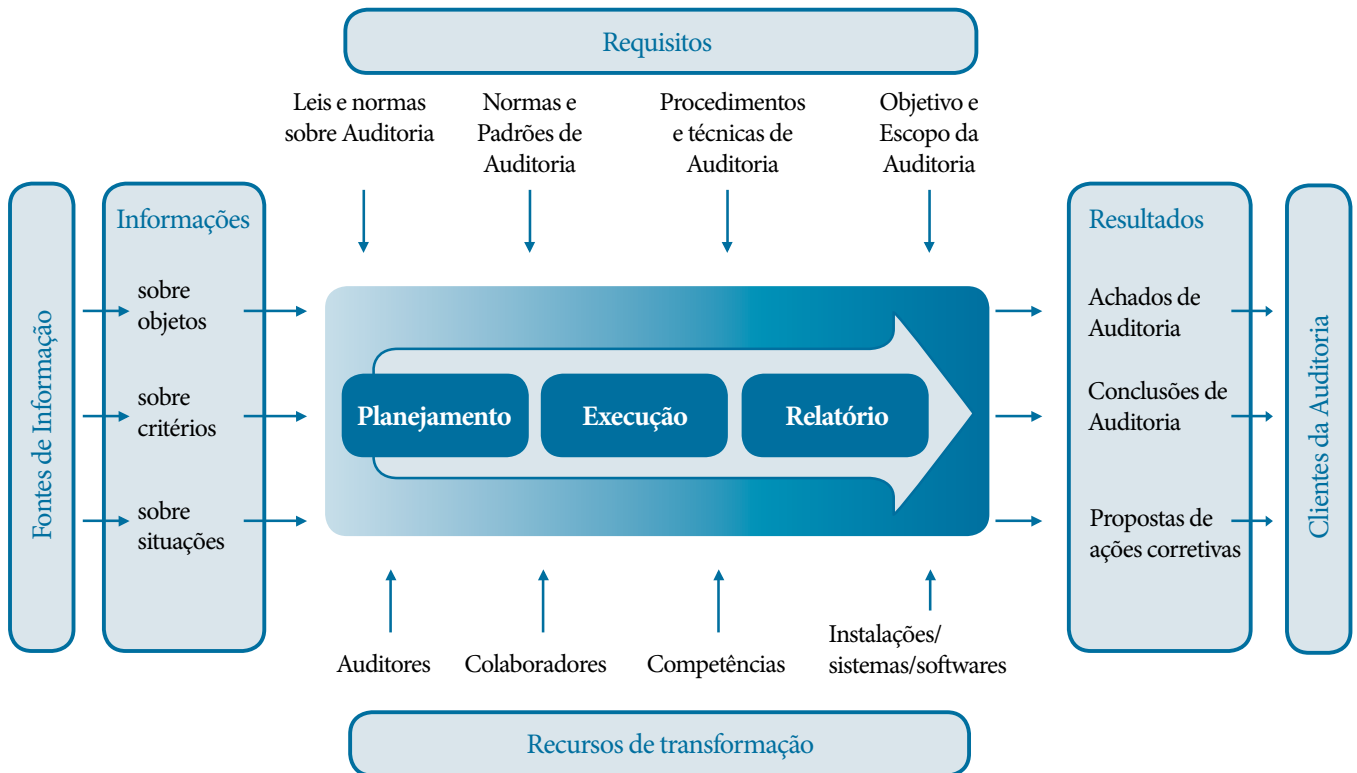
Processo sistemático, documentado e independente de se avaliar objetivamente uma situação ou condição para determinar a extensão na qual critérios são atendidos, obter evidências quanto a esse atendimento e relatar os resultados desta avaliação a um destinatário predeterminado.

São definições importantes contidas nesse conceito:

Processo sistemático	A auditoria é um processo de trabalho planejado e metódico, pautado em avaliações e finalizado com a comunicação dos resultados.
Processo documentado	O processo de auditoria deve ser documentado e padronizado por meio de procedimentos específicos, de modo a assegurar a sua revisão e a manutenção das evidências obtidas. A entidade deve formalizar um método para executar suas auditorias, estabelecendo os padrões que elas deverão observar, incluindo regras claras quanto à documentação.
Processo independente	Para assegurar a objetividade e a imparcialidade nos julgamentos, a auditoria deve ser realizada por pessoas com independência em relação às organizações, programas, processos, atividades, sistemas e objetos examinados.
Avaliar objetivamente	Os fatos devem ser avaliados com a mente livre de vieses. A avaliação objetiva leva a julgamentos imparciais, precisos e à confiança no trabalho do auditor.
Condição	A situação encontrada pelo auditor durante a execução do trabalho de auditoria.
Critério de auditoria	Referencial a partir do qual o auditor faz seus julgamentos e fundamenta sua opinião. Podem ser técnicos, operacionais ou normativos.
Achado ou constatação	Discrepância entre a situação encontrada e o critério de auditoria.
Evidências	Elementos de comprovação da discrepância (ou não) entre a situação encontrada (ou condição) e o critério de auditoria (situação ideal).
Relatar resultados	O resultado de uma auditoria é reportado ao cliente por meio de parecer ou relatório, dependendo do caso, por intermédio dos quais o auditor comunica o objetivo, o escopo, a extensão e as limitações do trabalho, as constatações ou achados, as avaliações, opiniões e conclusões, e as recomendações ou determinações propostas.

Tem-se, então, a visão sistêmica do processo de auditoria:

O Processo de Auditoria



A partir da visão da auditoria como um processo, conforme ilustrado na figura acima e com base no próprio conceito de processo, é possível identificar os seus elementos.

Elementos do processo de auditoria

Requisitos do processo	São as disposições normativas em geral quanto ao trabalho de auditoria, tais como as normas de auditoria emanadas dos órgãos regulamentadores, leis, normas e regimentos dos órgãos de controle interno e externo, os padrões de trabalho estabelecidos pela própria entidade de auditoria e controle, bem como o objetivo e escopo de cada trabalho de auditoria em particular.
Insumos do processo	<p>Os insumos do processo de auditoria, isto é, suas entradas, ou aquilo que será utilizado para produzir os resultados, são essencialmente informações. Abrangem informações sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">• objetos da auditoria (organizações, programas e atividades governamentais, bem como sobre relevância, materialidade e riscos);• critério de auditoria (disposições normativas e padrões técnicos e operacionais aplicáveis aos objetos auditados);• condições ou situações reais encontradas em objetos de auditoria.
Fornecedores do processo	São os provedores das “informações requeridas”. Na metodologia do TCU estes fornecedores são denominados “fontes de informações” e consistem em sistemas organizacionais e estruturadores do Governo Federal, legislação e normas específicas, órgãos de controle e gestores públicos, mídia etc.
Recursos do processo	Dizem respeito a todos os recursos materiais, tecnológicos e humanos necessários para realizar o trabalho de auditoria, incluindo as competências técnicas em termos de conhecimento, habilidades e atitudes dos auditores e demais profissionais que concorrem para a produção do resultado da auditoria.
Produtos do processo	Os produtos do processo de auditoria podem ser entendidos como informações com valor agregado, materializadas em pareceres e relatórios. São as constatações ou achados, as avaliações, opiniões e conclusões e as recomendações ou determinações propostas.
Clientes do processo	A entidade ou a pessoa que requisitou a auditoria e que vai analisar criticamente os resultados, podendo, inclusive, ser o próprio auditado. Normalmente são os órgãos ou as pessoas que compõem a gestão superior da entidade, conselhos de administração e fiscal, e, no setor público em particular, os dirigentes públicos, os relatores e colegiados de tribunais e conselhos de contas, os chefes de poderes, o parlamento e, em última instância, a sociedade.

1.1 Em que consiste o processo de auditoria

O processo de auditoria no setor público não é diferente do processo de auditoria em geral. Consiste na utilização de um método estabelecido e na aplicação de um conjunto de procedimentos e técnicas com o objetivo de se obter informação e conhecimento para subsidiar as conclusões, opiniões e propostas do auditor sobre resultados, desempenho e regularidade da gestão de organizações, programas e atividades governamentais.

Método

É o modo, formalmente estabelecido, de executar o trabalho de auditoria, incluindo o planejamento, a execução e a comunicação de resultados (normas, padrões, manuais, técnicas metodológicas).

Exemplos:

- Portaria TCU 280/2010, Normas de Auditoria do TCU;
- Portaria TCU 90/2003, Padrões de Auditoria de Conformidade, estabelece o método de realizar a maioria dos trabalhos de auditoria do TCU;
- Portaria TCU 144/2000, Manual de Auditoria Operacional;
- Instrução Normativa SFC 01/2001, define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do SCI do Poder Executivo.

Procedimentos de auditoria

São verificações e averiguações previstas num programa de auditoria, que detalham o modo de como se obterão respostas às questões de auditoria.

É o modo de proceder para aferir a discrepância, ou não, de uma condição em relação a determinado critério de auditoria.

Detalham os exames que o auditor deverá executar para analisar as informações necessárias à formulação de seu julgamento e fundamentar suas conclusões e propostas.

Descrevem em pormenor o que deve ser feito e como deve ser feito, indicando os testes de observância e os testes substantivos que serão aplicados e as técnicas de auditoria que serão utilizadas.

Técnicas de auditoria

Prescritas nos procedimentos de auditoria, as técnicas são as práticas, os meios ou as ferramentas utilizadas para obtenção e tratamento das informações e dos diferentes tipos de evidências que darão suporte às afirmações do auditor.

Exemplos:

- indagação oral ou escrita (questionários e entrevistas);
- exame ou análise documental;
- conferência de cálculos;
- inspeção física etc.

As técnicas de auditoria serão objeto de uma aula específica do módulo de planejamento de auditoria deste curso.



Objetivo, escopo e questões de auditoria

Para o desenvolvimento a contento das fases e atividades do processo de auditoria que serão tratadas a seguir, é necessário que o objetivo e o escopo da auditoria tenham sido definidos preliminarmente (NAT, 67), para que a equipe possa, na fase do planejamento operacional, conhecê-los, delimitá-los e desenvolvê-los apropriadamente, assim como definir a estratégia metodológica a ser adotada, estimar os recursos, os custos e o prazo necessário à realização da auditoria (NAT, 68 a 72).

O objetivo deve ser entendido como a questão fundamental de auditoria a ser respondida, embora deva ser expresso de forma declarativa e não de questionamento. Representa o propósito da auditoria – por que e para que ela será realizada – sendo o principal elemento de referência para o trabalho em todas as fases (planejamento, execução e relatório). É o objetivo que determina a natureza (regularidade ou operacional) e o tipo de auditoria e condiciona a delimitação do escopo e a metodologia a ser adotada.

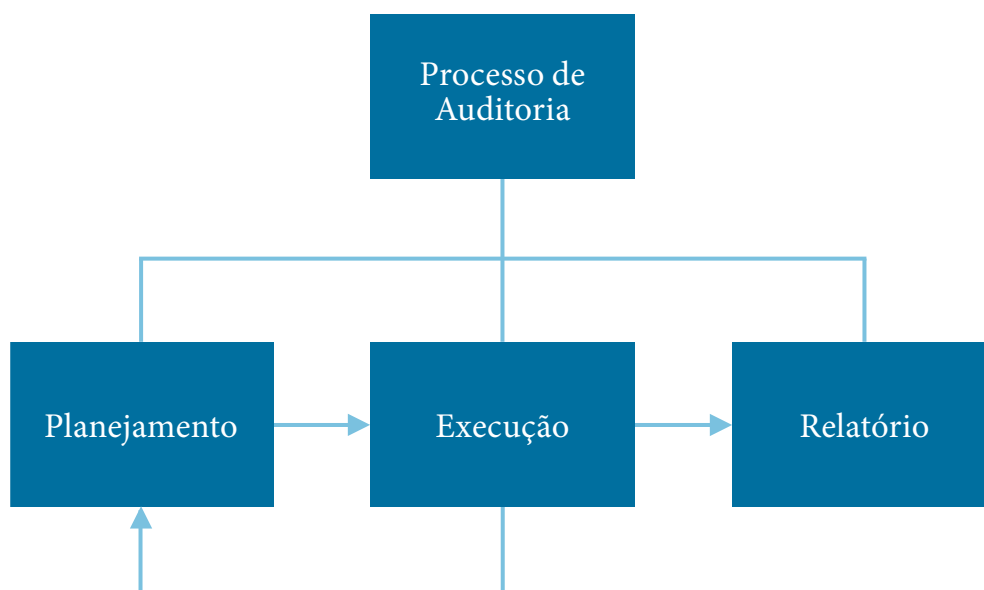
O objetivo da auditoria (isto é, a sua questão fundamental), a depender de sua abrangência, deve ser desdobrado em tantas questões de auditoria quantas sejam necessárias para respondê-lo. Dessa forma, as questões de auditoria representam o detalhamento do objetivo, circunscrevendo a abrangência da auditoria e estabelecendo os limites do trabalho.

Na elaboração das questões que comporão o programa de auditoria, deve-se tomar todo o cuidado para não extrapolar ou restringir o objetivo de auditoria definido, de forma a não ampliar ou reduzir o escopo necessário ao seu alcance. O Escopo é a delimitação estabelecida para o trabalho e é expresso pelo objetivo, pelas questões e pelos procedimentos de auditoria, no seu conjunto (NAT, 92).

Leitura complementar:
Para uma melhor compreensão desses conceitos fundamentais, sugere-se a leitura dos tópicos I.1. Objetivo da auditoria e I.2. Questões de auditoria, das Orientações para Auditorias de Conformidade (BTCU Especial 3/2010, p.9).

1.2 Fases do processo de auditoria

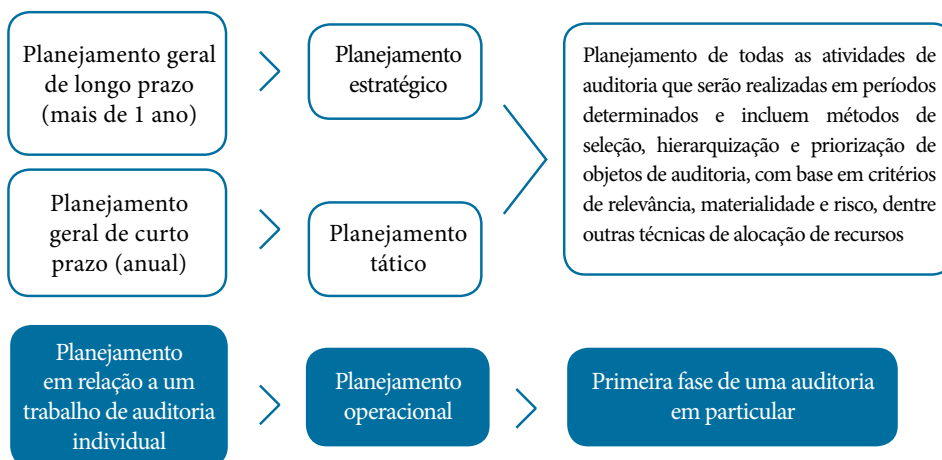
O processo de auditoria se desenvolve em três fases. Cada uma dessas fases é integrada por atividades, que serão detalhadas no decorrer deste curso, e são descritas sucintamente a seguir, para que você tenha uma visão geral do processo.



Planejamento

Ao nos referirmos ao planejamento de auditoria, devemos levar em conta três dimensões:

Dimensões



Enquanto o planejamento estratégico e tático dizem respeito à determinação de todas as atividades que serão desenvolvidas na unidade ou no órgão de auditoria, sendo, portanto, responsabilidade de seus dirigentes, o planejamento operacional é de responsabilidade da equipe de auditoria e constitui uma etapa fundamental para o sucesso do trabalho, sendo imprescindível que seja alocado o tempo adequado para a sua realização, pois a tentativa de abreviá-lo muitas vezes redonda em problemas na fase de execução, que poderão provocar um acréscimo no tempo total de realização, além de repercussões negativas na qualidade.

Observe, na ilustração das fases do processo de auditoria, que há uma seta de retroalimentação da fase de execução para a fase de planejamento do processo de auditoria. Isso significa que o produto final desta fase, o programa de auditoria, deverá ser sempre ajustado quando surgirem, na fase de execução, questões relevantes que justifiquem a alteração.

A fase de planejamento operacional de uma auditoria em particular será objeto do segundo módulo deste curso. Assim, apenas para uma compreensão geral, descrevem-se sucintamente a seguir as atividades básicas dessa fase, indicando-se os dispositivos das Normas de Auditoria do TCU em que o assunto é tratado com mais detalhes.

Construção da visão geral do objeto da Auditoria (NAT, 89 a 91)	<p>Levantamento preliminar de informações com vistas ao conhecimento e compreensão do objeto de auditoria e do ambiente organizacional em que ele se insere.</p> <p>Inclui conhecer organogramas, fluxogramas, estudar a legislação e normas e identificar sistemas que dão suporte ao objeto.</p>
Identificação e avaliação de objetivos, riscos e controles (NAT 71 e 72)	<p>As normas de auditoria relativas à execução dos trabalhos estabelecem que, para determinar a extensão e o alcance da auditoria, o auditor deve examinar e determinar o grau de confiabilidade do controle interno. O novo paradigma da auditoria baseada em risco modifica um pouco essa abordagem ao deslocar o foco dos controles para os riscos que eles devem mitigar. Assim, os auditores antes de avaliarem os controles internos, devem avaliar os objetivos do negócio, da unidade, do processo, programa, projeto, sistema ou da atividade que será objeto do exame de auditoria, procurando identificar os riscos mais relevantes a eles associados, para em seguida identificar e testar os controles que a gestão adota para mitigar tais riscos.</p>

**Elaboração
do programa
de Auditoria
(NAT 94 a 97)**

O programa de auditoria é o plano de ação detalhado do trabalho que o auditor deverá executar em campo para atingir o objetivo da auditoria. Os programas de auditoria podem ser:

- **padronizados (programa-padrão):** quando é elaborado para utilização em todos os trabalhos da mesma natureza, isto é, que pode ser reutilizado. Aplica-se a objetos de auditoria que não se alteram, ou que sofrem apenas pequenas alterações de um órgão ou entidade para outro, como os processos organizacionais de apoio ou as atividades e procedimentos fortemente regulamentados, como, por exemplo, os processos de licitação e os atos de pessoal;
- **específicos:** quando elaborado para cada trabalho em particular. A necessidade de se elaborar programas específicos ocorre quando o objeto de auditoria não tem um modo padronizado de funcionamento, ou seja, quando as funções, unidades, processos, sistemas, programas, projetos e atividades da organização apresentam variações em seu modo de realização ao longo do tempo, impedindo que um programa-padrão seja aplicado.

**Elaboração
preliminar
de papéis de
trabalho (NAT
109 a 116) e do
plano ou projeto
de Auditoria
(NAT 70, 94
(início) e 95, I e
IV)**

Consiste na preparação preliminar de papéis de trabalho que serão preenchidos ou completados durante os trabalhos de campo, tais como, questionários, roteiros de entrevistas, *checklists*, mapas de processos, planilhas, modelos, matrizes de planejamento e de possíveis achados, matrizes de identificação de riscos e controles etc.

O plano ou projeto de auditoria pode incluir, dentre outros preparativos, a elaboração de agenda de reuniões a ser proposta/homologada junto aos gestores e agentes dos processos e atividades que serão examinados, assim como de cronograma de execução dos trabalhos na unidade. Em se tratando de trabalhos mais complexos, também se pode incluir a preparação de uma apresentação para os gestores e/ou agentes da entidade auditada, esclarecendo os objetivos, o escopo e a sequência proposta para execução dos trabalhos.

Execução

Nesta fase, também conhecida como “trabalho de campo”, dado que é predominantemente executada nas dependências da entidade auditada, o programa de auditoria é executado mediante a aplicação dos procedimentos e técnicas estabelecidos na fase de planejamento.

É nesta fase em que o auditor, por meio de uma sequência lógica de atividades estabelecidas no programa de auditoria – os procedimentos de auditoria – realiza testes, coleta evidências, desenvolve os achados ou constatações e documenta o trabalho realizado, tudo com observância das normas, do método ou dos padrões de auditoria, com vistas à elaboração do relatório de auditoria.

A fase de execução de auditoria constitui o terceiro módulo específico deste curso.

Relatório

O relatório é o produto final do processo de auditoria. É o instrumento formal e técnico por intermédio do qual a equipe de auditoria comunica o objetivo e as questões de auditoria; a metodologia utilizada; os achados de auditoria; as conclusões; e as propostas de encaminhamento.

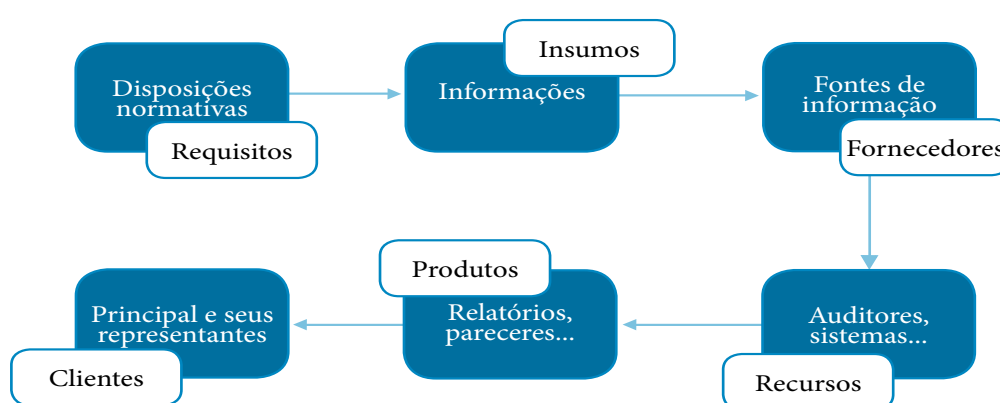
Composta basicamente de três atividades, a elaboração, revisão e distribuição do relatório, o trabalho desta fase da auditoria exige a observação de uma série de requisitos, critérios e atributos em relação à comunicação, linguagem, aparência e precisão do relatório, que serão vistos detalhadamente no quarto e último módulo deste curso.

Síntese



Neste tópico, vimos que o processo de auditoria consiste na utilização de um **método** e na aplicação de um conjunto de **procedimentos** e **técnicas** com o objetivo de se obter informação e conhecimento para subsidiar a opinião do auditor.

Da visão geral do processo de auditoria, pode-se abstrair que ele é composto dos seis elementos seguintes:



O processo de auditoria se desenvolve em três fases:

1. **planejamento** – atividades básicas: obtenção da visão geral do objeto de auditoria; identificação e avaliação de objetivos, riscos e controles; elaboração do programa ou projeto de auditoria; elaboração preliminar de papéis de trabalho;
2. **execução**: o programa ou projeto de auditoria é executado mediante a aplicação dos procedimentos e técnicas estabelecidos na fase de planejamento. O auditor realiza testes, coleta evidências, desenvolve os achados ou constatações e documenta o trabalho realizado, observando as normas, o método ou os padrões de auditoria;
3. **relatório** - atividades: elaboração, revisão e distribuição do relatório.

Essas fases serão vistas detalhadamente no decorrer deste curso, nos módulos 2, 3 e 4. Mas antes, neste módulo introdutório, você ainda aprenderá a interpretar e aplicar as normas de conduta e de prática do trabalho de auditoria e a avaliar controles internos de objetos de auditoria.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9000 : Sistemas de gestão da qualidade : fundamentos e vocabulário. São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Federal de Controle Interno. Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Anexo à Instrução Normativa nº 01, de 6 de abril de 2001. Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/Legislacao/Arquivos/InstrucoesNormativas/IN01_06abr2001.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2010.

_____. Tribunal de Contas da União. Instrução Normativa 49/2005. Dispõe sobre as fiscalizações realizadas pelo TCU, Brasília, DF, 13 de dezembro de 2005. Disponível em: < <http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/IN/20090206/INT2005-049.doc>>. Acesso em: 08 jul. 2010.

_____._____. Tribunal de Contas da União. Portaria 280/2010. Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União, Brasília, DF, 08 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/PORTN/20100218/PRT2003-090.doc>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

_____._____. Tribunal de Contas da União. Portaria 90/2003. Padrões de Auditoria de Conformidade, Brasília, DF, 06 de março de 2003 (com anexo atualizado pela Portaria Segecex 26/2009). Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/PORTN/20100218/PRT2003-090.doc>>. Acesso em: 08 jul. 2010.

_____._____. Tribunal de Contas da União. Portaria Adplan 1/2010. Orientações para Auditorias de Conformidade, Brasília, DF, 25 de janeiro de 2010. BTCU Especial 3/2010, 9 fev. 2010. Disponível na biblioteca do curso.

_____. _____. Regimento interno do Tribunal de Contas da União. Boletim do Tribunal de Contas da União, Brasília, DF, ano 40, n. 1, 13 fev. 2007. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/normativos/sobre_normativos/681912.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2010.

CASTANHEIRA, Nuno Miguel Caeiro. Auditoria interna baseada no risco: estudo do caso português. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Auditoria) -- Universidade do Minho, Braga, 2007. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7061>>. Acesso em: 3 Abr. 2010.

CERQUEIRA, Jorge Pedreira de; MARTINS, Márcia Copello. Auditoria de sistemas de gestão: ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001, ISO/IEC 17025, SA 8000, ISO 19011:2002. Rio de Janeiro : Qualitymark Editora, 2004.

CHAVES, Renato Santos. Auditoria e Controladoria no setor público: fortalecimento dos controles internos: com jurisprudência do TCU. Curitiba : Juruá, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade – Auditoria: Origem, evolução e desenvolvimento. Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis, Aracaju, 2006. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=/detalhesDestaques.jsp&cod=8157>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental. São Paulo: Atlas, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DISTRITO FEDERAL. Ministério Público de Contas do. Do parecer Revisão de Proventos. Art. 6º da Lei nº 39/89. Transposição para o cargo de fiscal de obras. Necessidade de comprovar-se o exercício de atividade de fiscalização. Declaração acostada aos autos que não satisfaz a exigência da lei. PARECER MP/TCDF - 3.0244/99, Brasília, DF, 15 de março de 1999. Relator: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. Disponível em: < http://www.jacoby.pro.br/votos/poder_policia.html>. Acesso em: 08 jul. 2010.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria contábil. São Paulo: Atlas, 1992.

FREITAS, Carlos Alberto Sampaio de. Curso básico de auditoria. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2001. Curso presencial.

INTEGRATED Definition Methods. Integration definition for function Modeling. Disponível em: < <http://www.idef.com/>>. Acesso em: jun. 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 28. ed. atual. por Eurico de Andrade Azevedo, Dêlcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2003.

MILESKI, Helio Saul. O controle da gestão pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MARANHÃO, Mauriti; MACIEIRA, Maria Elisa Bastos. O processo nosso de cada dia: modelagem de processos de trabalho. Rio de Janeiro : Qualitymark Editora, 2004.

MOTTA, João Maurício. Auditoria: princípios e técnicas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PACHECO, Marcela Soares; OLIVEIRA, Denis Renato de; GAMBA, Fabrício La. A história da auditoria e suas novas tendências: um enfoque sobregovernançacorporativa. In:SEMINÁRIOSEADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 10., 2007, São Paulo. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/204.pdf>>. Acesso em mar: 11 mar 2010.

PETERS, Marcos. Implantando e gerenciando a lei Sarbanes Oxley: governança corporativa agregando valor aos negócios. São Paulo : Atlas, 2007.

SÁ, Antonio Lopes de. Teoria da contabilidade superior. Belo Horizonte: União de Negócios e Administração, 1994.

SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2007.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS (IIA). Práticas para o exercício profissional da auditoria interna. Tradução: José Juarez de Paula Freire. São Paulo: Audibra, 2004.